

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE



Secretaria Nacional
de Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República



Brasília, junho de 2010

Secretaria Nacional de Juventude – SNJ da Secretaria-Geral da Presidência da República

Luis Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Luiz Soarez Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiz Roberto de Souza Cury (Beto Cury)

Secretário Nacional de Juventude

Danilo Moreira da Silva

Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Juventude e Presidente do Conselho

Nacional de Juventude

João Marcos Pereira Vidal

Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude

Maria José Vieira Feres

Chefe da Assessoria Geral da Secretaria-Geral da Presidência da República

e Coordenadora Nacional do Projovem

Equipe da Secretaria Nacional de Juventude

Alex Sandro da Silva Nazaré

Carlos Odas

José Eduardo de Andrade

José Ricardo Bianco Fonseca

Marcos Vinicius Cardoso Filgueiras

Rodrigo Laurence Bezerra Marques

Representação da UNESCO no Brasil

Vincent Defourny

Representante da UNESCO no Brasil

Marlova Jovchelovitch Noleto

Coordenadora do Setor de Ciências Humanas e Sociais

Luciana Reis Mendes Amorim

Oficial de Projetos

Revisão Técnica: Mônica Rodrigues

Revisão: Reinaldo Reis e Pedro Henrique Souza

Fotos: Mila Petrillo

Diagramação e projeto gráfico: Edson Fogaça

B823g

Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude.

Guia das políticas públicas de juventude / Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília : SNJ, 2010.

24 p. : il.

1. Juventude - Brasil - Condições sociais. 2. Políticas públicas - Brasil.
3. Desenvolvimento social - Brasil. I. Título.

CDD 305.230981
CDU 328-053.6(81)(036)

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto *Agenda Juventude Brasil: uma pauta para o desenvolvimento*, o qual tem o objetivo promover a consolidação da Política Nacional de Juventude, criando condições para a formulação, planejamento, coordenação, integração e execução das ações nos âmbitos dos governos federal, estadual e municipal e no âmbito da sociedade civil, com a finalidade de promover os direitos que assegurem oportunidades para o desenvolvimento integral da juventude. Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste guia, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.



Apresentação

A juventude e as novas gerações são cada vez mais reconhecidas como uma parcela da população fundamental para o processo de desenvolvimento de qualquer nação. Prova disso é que a ONU elegeu 2010 como o Ano Internacional da Juventude, com o objetivo de encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações e estimular os jovens a promoverem o progresso, com ênfase nas Metas do Desenvolvimento do Milênio. A data será celebrada oficialmente em agosto de 2010, com uma vasta programação internacional, que inclui a Conferência Mundial de Juventude, no México.

A Conferência Mundial foi precedida da Pré-Conferência das Américas, realizada em maio no Brasil, na cidade de Salvador, com a participação de 28 países. A escolha do Brasil para sediar o evento, pelo comitê internacional que está organizando o encontro do México, foi um reconhecimento ao esforço do governo brasileiro para consolidar uma política capaz de assegurar os direitos dos jovens e criar oportunidades para que eles exerçam, na prática, o papel de protagonistas nos projetos prioritários do país.

Em 2005, o Governo Federal iniciou a construção de uma Política Nacional de Juventude com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Projovem, um grande programa de atendimento aos jovens mais excluídos.

Além de executar o Projovem, a Secretaria Nacional de Juventude assumiu o papel de coordenar as iniciativas executadas por diversos ministérios, numa ação intersetorial que combina um conjunto de políticas estruturantes com programas específicos. A partir dessas



ações combinadas, vários avanços foram conquistados nesse período.

A **participação juvenil** ganhou destaque com a realização da I Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, em Brasília, com o envolvimento de mais de 400 mil pessoas em todo o país. O debate promovido pela conferência resultou

em um documento com 70 resoluções e 22 prioridades que já estão norteando as ações para a juventude em nível federal, estadual e municipal.

O **fortalecimento institucional** da temática ficou evidente com a criação de secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias e conselhos de juventude que hoje estão presentes em cerca de mil municípios e 25 estados, sem esquecer a criação dos Fóruns Nacionais de Gestores Municipais e Estaduais de Juventude, que vieram fortalecer ainda mais essa importante agenda.

No âmbito das **relações internacionais**, o Brasil mantém o intercâmbio permanente com diversos países, sobretudo da América Latina, e participa dos principais debates sobre o tema, que ganhou novo impulso depois da XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 2008, em San Salvador, capital de El Salvador, cuja declaração final incluiu o papel do Estado no estabelecimento de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida dos jovens nos países ibero-americanos.

É fundamental destacar que em 2008 o Brasil solicitou sua adesão oficial à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), o único órgão multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEA).

Ainda no cenário internacional, vale destacar a Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ), que envolve os países do Cone Sul, com a responsabilidade de pensar a política de juventude sob a óptica da integração. No V Encontro do Grupo (junho/2009), o Brasil incluiu na pauta o tema Juventude e Trabalho Decente e ressaltou a necessidade de levar a questão às instâncias superiores do Mercosul, com o objetivo de construir uma agenda de trabalho decente voltada para a juventude. A proposta já produziu efeitos e, na última reunião de Cúpula (julho/2009), os presidentes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela assinaram o comunicado conjunto para implementação da referida agenda nos países que compõem o Bloco.

Outra dimensão essencial da política juvenil tem sido a constituição de um **marco legal**, imprescindível para que o Brasil consolide sua política de juventude como política de Estado. Com esse objetivo, a Secretaria Nacional de Juventude participou, estimulou e apoiou os debates em torno das três matérias que integram o marco legal da juventude e se encontram sob apreciação do Congresso Nacional.

Já aprovada pela Câmara, e aguardando votação no Senado, a PEC 042/2008, insere o termo “jovem” no texto constitucional, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais. O Plano Nacional de Juventude, por sua vez, estabelece um conjunto de metas que os governos – federal, estadual e municipal – deverão cumprir em relação à população jovem em um período de dez anos. Por último, temos o Estatuto da Juventude, em ampla discussão na Comissão Especial da Câmara, que propõe a definição dos direitos da juventude e a constituição de um sistema de juventude, estabelecendo a responsabilidade das três esferas governamentais no estabelecimento das políticas para a juventude.

Mas a **inclusão** é, sem dúvida, a mais complexa dimensão da política de juventude e, para vencer esse desafio, o governo brasileiro criou programas de caráter emergencial, que oferecem elevação de escolaridade, capacitação profissional e inclusão digital a milhares de jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social. De 2003 até 2010, pelo menos 11 milhões de jovens já foram beneficiados pelas iniciativas apresentadas neste Guia de Políticas Públicas para a Juventude.

Sendo assim, cada vez mais, se consolida no Brasil uma Política Nacional de Juventude que articula a ideia de garantir direitos e gerar oportunidades. Com essa perspectiva a Secretaria Nacional de Juventude busca incluir milhões de jovens, rompendo o ciclo de reprodução da pobreza, e, principalmente almeja aproveitar o potencial das novas gerações para fortalecer o processo de desenvolvimento que está em curso no país.

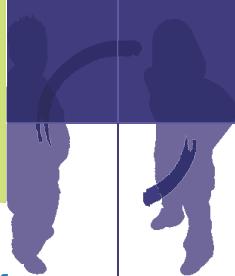




PROJOVEM
Projeto Jovem
Jovem

PRINCIPAIS PROGRAMAS DE JUVENTUDE DO GOVERNO FEDERAL





1.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).....

Lançado em 2008, o Projovem Integrado surgiu da união de outros seis programas voltados para a juventude: o próprio Projovem (da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República); Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). Juntos, esses programas atenderam 683,7 mil jovens entre 2007 e 2008.

Com a integração, o Projovem passou a atuar com as modalidades Projovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude); Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). A iniciativa é resultado da parceria direta entre o governo federal, os estados e municípios.

O objetivo foi ampliar o atendimento a um número maior de jovens, assegurando-lhes a reintegração à escola e a qualificação profissional, além de inseri-los em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. Em 2008 e 2009 as quatro modalidades atenderam, juntas, a **mais de 1 milhão de jovens**. Em 2010, a expectativa é atender mais 1 milhão de jovens em todo o Brasil.

Projovem Urbano.....

Destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em ações de cidadania e uma bolsa mensal de R\$ 100,00. Com duração de 18 meses, é executado pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A modalidade é executada mediante convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Juventude, estados e municípios. Nas cidades com mais de 200 mil habitantes a parceria é feita diretamente com a Prefeitura Municipal. Já nas cidades menores, essa parceria é firmada com o governo do estado, que viabiliza a chegada do Programa nas cidades menores.

Resultados

Em 2008 e 2009 somente a modalidade Projovem Urbano atendeu cerca de 350 mil jovens e em 2010 atenderá outros 156 mil, superando a marca de 500 mil jovens beneficiados.

Mais Informações

Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG/PR)
(61) 3411-1160 ou no 08007227777 ou pelo site
<http://www.projovemurbano.gov.br/>

Projovem Campo

Executado pelo Ministério da Educação, a modalidade oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos trabalham no campo. O programa é desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais de educação e uma rede de instituições públicas federais, mediante convênios firmados com o MEC.

Resultados

Em 2009, o programa atendeu mais de 22 mil jovens. Em 2010 cerca de 63 mil serão beneficiados.

Mais Informações

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC): (61) 2104-6269 / 2104-6267 ou no 0800616161 ou pelo site <http://portal.mec.gov.br/secad>



Projovem Trabalhador

Sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tem por objetivo preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho. Podem participar jovens desempregados e que integram famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Os cursos de qualificação são de 600 horas/aula, e os alunos recebem o auxílio financeiro de R\$ 100,00 durante seis meses. A modalidade é executada mediante convênio firmado pelo MTE com os estados e municípios.

Resultados

Em 2009 foram atendidos cerca de 163 mil jovens. Em 2010, outros 217 mil serão beneficiados pelo programa.

Mais Informações

Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude do MTE (61) 3317-6000 / 3317-6516 ou no 0800610101 (Regiões Sul e Centro-Oeste) e no 08002850101 (Regiões Sudeste, Norte e Nordeste) ou ainda pelo site <http://www.mte.gov.br/>

Projovem Adolescente

Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integram famílias beneficiárias do Bolsa Família. Com duração de 24 meses, oferece proteção social básica e assistência às famílias, visando elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Os municípios interessados no Programa devem observar os seguintes critérios:

- estar habilitado nos níveis de gestão básica ou plena do Suas;
- possuir Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em funcionamento e registro no Censo do CRAS;
- apresentar a demanda mínima de 40 jovens que pertençam a famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Resultados

Em 2008 e 2009, 521 mil jovens foram atendidos. Em 2010, cerca de 523 mil serão beneficiados.

Mais Informações

Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS: (61) 3433-1074 ou no 08007072003 ou pelo site <http://www.mds.gov.br/suas>

2. Programa

Cultura Viva.....

O programa viabiliza os recursos para instalação dos Pontos de Cultura apoiando a aquisição de material multimídia e a realização das iniciativas culturais voltadas à população de baixa renda, em especial jovens de 17 a 29 anos. O objetivo é fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e escolas priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.



O acesso ao programa ocorre mediante convênio do Ministério da Cultura e os governos estaduais e municipais, por meio de edital público. Já a participação da sociedade civil, parceira das atividades dos Pontos de Cultura, é articulada pelos governos estaduais e municipais.

A formação do “agente cultura viva” é uma das principais estratégias do Programa. O objetivo é formar os jovens para que atuem como multiplicadores nos Pontos de Cultura estimulando ações que promovam a geração de emprego e renda na própria comunidade. Cada Ponto de Cultura conta com o apoio de quatro agentes que recebem o auxílio financeiro de R\$ 380,00 durante 12 meses.

Resultados

Atualmente existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados pelo país, e o Ministério da Cultura criou mecanismos de articulação entre eles, instituindo as Redes de Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura.

Mais Informações

Secretaria de Articulação Institucional do MinC: (61) 2024-2335/2024-2336 ou pelo site <http://mais.cultura.gov.br>

3. Bolsa Atleta.....

Executado pelo Ministério do Esporte, o programa oferece apoio financeiro a atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio, dando-lhes condições para que se dediquem ao treinamento e

participem de competições que lhes permitam desenvolver plenamente a carreira esportiva. Com duração de um ano, prorrogável por igual período, o Programa possui quatro categorias: estudantes, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica.

Resultados

Desde 2005 já foram apoiados 10.254 atletas, com recursos de R\$ 133 milhões. Nas competições de Pequim (China), em 2008, dos 227 atletas da delegação brasileira, 33 eram bolsistas do Programa, sendo sete medalhistas. Dos 188 atletas paraolímpicos, 79 eram bolsistas, com 12 medalhistas.

Mais Informações

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do ME: (61) 3429-6920 ou pelo site http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsa_atleta/

4. Programa Segundo Tempo.....

Também executado pelo Ministério do Esporte, o Programa oferece, no contraturno escolar, prática esportiva, reforço escolar, supervisão pedagógica e alimentação para estudantes da rede pública expostos a risco social.

A iniciativa é desenvolvida por meio de convênio com entidades públicas (federais, estaduais, distrital ou municipais) e privadas sem fins lucrativos que tenham, comprovadamente, mais de três anos de atuação na área de abrangência do Projeto apresentado. As propostas passam necessariamente por um processo de seleção e classificação.

Resultados

Desde 2003 foram atendidos 3,6 milhões de crianças e adolescentes, com investimento de R\$ 653 milhões.

Mais Informações

Secretaria Nacional de Esporte Educacional do ME: (61) 3217-9496/ 3217-9451 ou pelo site www.esporte.gov.br/snee/segundotempo

5. Praças da Juventude.....

As praças são complexos poliesportivos – ginásio coberto, pistas de atletismo e skate, teatro de arena, centro de terceira idade e administração – implantadas em comunidades urbanas onde faltam equipamentos públicos de esporte e lazer. Desenvolvido em parceria pelos Ministérios do Esporte e da Justiça, o programa destina-se a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, aliando saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas.

O projeto destina-se a prefeituras e governos estaduais, que poderão solicitar a construção de uma Praça da Juventude em sua cidade. A propriedade do terreno deve ser da prefeitura ou governo estadual, que deve apresentar a certidão de posse. O recurso para execução pode ser obtido por dotação do Ministério do Esporte, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) ou por emendas parlamentares.

Resultados

Desde 2008, 150 praças já estão em construção em todas as regiões do país, com investimentos de R\$ 180 milhões.

Mais Informações

Secretaria Executiva / Ministério do Esporte: (61) 3217-1800 ou pelo site www.esporte.gov.br/institucional/SecretariaExecutiva/pracaJuventude

6. Projeto Rondon

Coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social, com a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, ampliando a qualidade de vida dos seus habitantes. O programa possibilita a aproximação dos estudantes às mais diversas realidades do país, consolidando a sua formação cidadã. O projeto é realizado em parceria com diversos ministérios e o apoio da Forças Armadas, além da colaboração dos governos estaduais, municipais, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de diversas organizações da sociedade civil.



O Ministério da Defesa divulga um convite, no qual indica os municípios, as ações previstas e o cronograma de atividades, bem como as condições e os deveres que as instituições e os participantes do programa deverão cumprir. O primeiro passo para a adesão consiste na apresentação de um projeto por uma instituição de ensino superior do município, que será avaliado pela coordenação geral do Programa. Uma vez aprovada a proposta, é firmado o acordo de cooperação com o governo municipal. O projeto tem prazo de 12 meses, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos.

As atividades realizadas pelos participantes do programa concentram-se nas áreas de comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e trabalho.

Resultados

De 2005 a 2010 já participaram 9.812 rondonistas em 652 municípios.

Mais Informações

Ministério da Defesa: (61) 3312-4000 ou pelo site:
<http://www.defesa.gov.br/projetorondon>



7. Projeto Soldado Cidadão

Tem por objetivo oferecer aos jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas, oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho após deixarem o serviço militar. Os cursos oferecidos garantem a qualificação profissional e social, consolidando a formação cívico-cidadã desses jovens.

O projeto é desenvolvido em todo o território nacional mediante convênios e contratos firmados pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica com diversas entidades parceiras, entre as quais se destacam o Sistema S (Senai, Senac, Sebrae, Senar, Sest e Senat); o Centro de Instrução Almirante Alexandrino; o Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão; o Centro de Integração Empresa-Escola; a Escola Técnica de Brasília; Fundação Rede Amazônica; Centro Nacional de Educação Cenecista; Vinibrasil e o Centro de Educação Profissional de Ceilândia (DF).

Resultados

A média anual de jovens beneficiados pelo programa é de 20 mil. Até 2009 foram atendidos no total 134.178 jovens em todo o território nacional.

Mais Informações

Ministério da Defesa: (61) 3312-4000

http://www.defesa.gov.br/projeto_soldado_cidadao

8. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça (MJ), o Pronasci realiza diversas ações na área da segurança com cidadania. Dentre as ações realizadas pelo programa, a atenção à faixa etária entre 15 e 24 anos é priorizada. Esse segmento da população é o mais vulnerável à violência. Dessa forma o programa funciona mantendo diversos projetos para jovens em situação de risco ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei. O Pronasci executa projetos próprios do Ministério da Justiça e em parceria com outros Ministérios.

A) Projetos do Ministério da Justiça

Protejo – O Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) atua na formação da cidadania e no resgate dos jovens em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes, num Percurso Social Formativo de 800 horas. Cada par-

ticipante recebe uma bolsa de R\$ 100,00 por mês, durante o período de formação.

Jovem Detento – Oferece oportunidade de ressocialização para o jovem do sistema prisional. Consiste em instalar em cada penitenciária especial do Pronasci para jovens adultos, com idade entre 18 e 24 anos, espaços para cursos educacionais e profissionalizantes. Cada detento ficará em uma cela com outros cinco apenados e, se necessário, terá à disposição uma moderna sala de saúde, com médicos, psicólogos e também assistentes sociais.

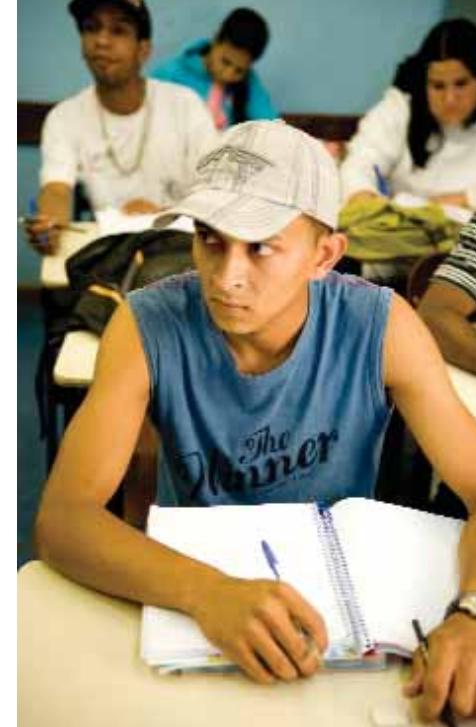
Geração Consciente – O projeto capacita jovens para o exercício dos seus direitos como consumidor e para que não se envolvam com a criminalidade ou sejam vítimas da violência. Na comunidade, eles se tornam multiplicadores de informações sobre proteção e direitos do consumidor.

B) Projetos em parcerias com outros Ministérios

Outras ações preventivas previstas são fruto de parcerias com outros ministérios e secretarias. O Pronasci aplica recursos para potencializar iniciativas de outros ministérios nas regiões integrantes do Programa, dando o enfoque de segurança pública, beneficiando, principalmente, jovens em situação de risco social.

Ministério do Esporte

- Projeto Esporte e Lazer na Cidade (Pelc) – Visa a criação de núcleos recreativos com oficinas de dança, teatro, música, capoeira, entre outras;
- Projeto Praça da Juventude – Visa construir nas comunidades uma praça de 8 mil metros quadrados, com quadras de vôlei, basquete, tênis, skate e outras atividades;
- Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania – Por meio deste projeto, detentos aprendem a fabricar materiais esportivos, como bolas de futebol e redes de basquete, além de técnicas de serigrafia e impressão de materiais diversos. Os produtos têm como destino as escolas públicas. A participação do preso



contribuirá para remissão de um dia de pena para cada três dias trabalhados.

Ministério da Cultura

- Pontos de Leitura – Selecionam iniciativas que incentivam a leitura nas comunidades. O investimento é feito no fortalecimento dos serviços e na infraestrutura (móveis, computadores, estantes e livros);
- Pontos de Cultura – Selecionam projetos que desenvolvem na comunidade atividades como música, teatro e dança. Eles também funcionam nas escolas ou em centros comunitários;
- Projeto Museus – Instala museus comunitários nas regiões do Pronasci. Esses espaços promovem a cultura e a história destes locais. Cada museu contará com os serviços de cinco jovens e um idoso da própria comunidade, que passarão por um curso de formação. Eles serão chamados de “agentes da memória”.

Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (Seppir)

- Projeto Farol – Promove a cidadania entre os jovens negros em situação de risco social, em conflito com a lei ou egresso de penitenciárias. O principal desafio é trazê-los de volta à sociedade ao inseri-los na rede de ensino e no mercado de trabalho e fazer com que desenvolvam atividades socio-educativo-culturais, atuando como multiplicadores desse processo.

Secretaria Nacional de Juventude

- Projovem Prisional – Trata-se da implementação do Projovem Urbano nas unidades prisionais e tem por objetivo assegurar aos jovens detentos o direito à educação, capacitação profissional e inclusão digital contribuindo para sua reintegração após o cumprimento da pena. O jovem detento também recebe o auxílio financeiro de R\$ 100,00 por mês, que é pago mediante procuração a alguém indicado pelo beneficiário.

Resultados

Dentre as ações destinadas aos jovens pode-se destacar que até dezembro de 2009, 11 mil jovens tornaram-se multiplicadores da cultura de paz. Na ação com o Projovem Prisional foram atendidos em 2009, como projeto-piloto, 560 jovens em presídios da cidade



do Rio de Janeiro, Belém e Rio Branco. Em 2010 as parcerias com os governos estaduais e universidades pretendem beneficiar pelo menos 6,8 mil detentos, com a inclusão de outras capitais.

Mais Informações

Ministério da Justiça

(61) 2025-3587 ou pelo site www.pronasci.gov.br

9. Pronaf Jovem.....

Trata-se de uma linha de crédito destinada a jovens agricultores, entre 16 e 29 anos. Para obter os recursos o interessado deve ter concluído ou estar cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância ou Escola Técnica Agrícola de nível médio. Também podem participar aqueles que tenham feito curso ou estágio de formação profissional com carga horária superior a 100 horas. O financiamento conta com reembolso de até dez anos, com até três anos de carência, e juros de 1% ao ano.

O município ou estado interessado em implementar uma política de financiamento de atividades rurais para jovens, deve estabelecer parcerias com as instituições que desenvolvem a formação, criando-se uma rede local de estímulo ao desenvolvimento de projetos juvenis na área rural.

Resultados

Até 2010 participaram do programa 24.717 jovens.

Mais Informações

Ministério do Desenvolvimento Agrário: (61) 2020-0910 ou pelo site <http://www.mda.gov.br/>

10. Juventude e Meio Ambiente

Criado em 2005, o programa tem por objetivo formar lideranças juvenis para atuar em atividades voltadas para o meio ambiente. Trata-se de uma iniciativa dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, com a parceria da Secretaria Nacional de Juventude. Como estratégia, foram criados, em todos os estados brasileiros, os Conselhos Jovens de Meio Ambiente, compostos por lideranças de diversos movimentos e organizações. Já os governos estaduais e municipais assumem a tarefa de estimular a participação da juventude local.

O Programa é desenvolvido em escolas da rede pública, não necessariamente no período das aulas, e o público juvenil é agrupado por faixa etária, recebendo formação adequada para cada idade.

Resultados

Até 2010 foram realizados quatro encontros nacionais de Jovens pelo Meio Ambiente e diversas atividades de articulação com o intuito de fortalecer a Rede de Jovens pelo Meio Ambiente. Estiveram envolvidos 120 lideranças jovens de todo o país, que estão responsáveis pela ampliação da Rede de Jovens pelo Meio Ambiente.



Mais Informações

Ministério da Educação: (61) 2022-9322 ou pelo site www.mec.gov.br

11. Escola Aberta

O Programa surgiu a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, promover a inclusão social e a construção de uma cultura de paz a partir da relação entre escola e comunidade. O trabalho é realizado em escolas públicas, nos fins de semana, quando alunos e comunidade desenvolvem atividades diversas incluindo ações educativas que contribuem para valorizar o jovem, afastando-o da violência e integrando-o à escola e à comunidade.

O programa é desenvolvido por meio de parcerias com todas as esferas governamentais. Para participar, as secretarias estaduais e

Mais Informações

Secretaria de Educação Superior (MEC) 0800616161 ou pelo site <http://prouniportal.mec.gov.br>



13. Reforço às Escolas Técnicas e Ampliação das vagas em Universidades Federais.....

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevê, até o final de 2010, a instalação de 214 escolas técnicas. Dessas, 136 já estão em funcionamento, com previsão de 58,4 mil matrículas no primeiro semestre de 2010. A meta é garantir que todas as escolas estejam funcionando até o final do ano. Até 2003, o Brasil possuía apenas 140 unidades de educação profissional e tecnológica, com a oferta de 160 mil vagas em cursos técnicos e tecnológicos. Veja, abaixo, as principais realizações nas áreas de educação profissional e ensino superior.

Resultados

No primeiro semestre de 2010 há 136 novas escolas técnicas funcionando. Até o final do ano serão 214, com a oferta de 500 mil vagas em todo o país.

Mais Informações

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC): (61) 2022-8581 ou 2022-8578 ou pelo site www.mec.gov.br

14. Brasil Alfabetizado.....

Sob responsabilidade do Ministério da Educação, o Programa Brasil Alfabetizado destina-se à alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania, despertando o interesse pela elevação da escolaridade.

A iniciativa é desenvolvida em todo o território nacional, com atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%, sendo que 90% deles estão na região Nordeste. Os municípios recebem apoio técnico para implementação das ações do programa, com o objetivo de garantir a continuidade dos estudos. Os estados, municípios e Distrito Federal podem aderir ao Programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União.



Resultados

De 2003 a 2008 foram inscritos 10 milhões de alfabetizandos em todo o país. Em 2009, 1,8 milhão de alunos estavam em sala de aula. A meta, para 2010, é alcançar outros 2,5 milhões.

Mais Informações

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade:
(61) 2022-9217/ 2022-9018 ou pelo site
<http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br>

15. Projeja.....

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos foi criado em 2005 com o objetivo de ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular. Destina-se a jovens e adultos, com idade mínima de 21 anos.

Cabe ao Ministério da Educação promover as ações de cooperação entre os diversos órgãos da Administração Pública Federal para implementação do Programa, cujo acompanhamento e controle social é feito por um comitê nacional que tem seu regimento definido conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Podem participar da iniciativa todas as instituições públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais, além de entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical.



Resultados

Em 2009 as matrículas atingiram o patamar de mais de 13,3 mil estudantes. E o Curso de Especialização capacitou 3.004 professores (2009).

Mais Informações

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Ministério da Educação: (61) 2022-8581 e 2022-8578
www.mec.gov.br/setec/proeja

16. Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)

O Programa assegura a distribuição de livros para os alunos de escolas públicas das três séries do ensino médio de todo o país. As instituições beneficiadas são cadastradas no censo escolar que é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Em 2004 o Programa ampliou sua área de atuação e começou a atender também os estudantes portadores de necessidades especiais nas escolas públicas de educação especial, além de escolas comunitárias e filantrópicas, com livros didáticos de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, além de dicionários.

Resultados

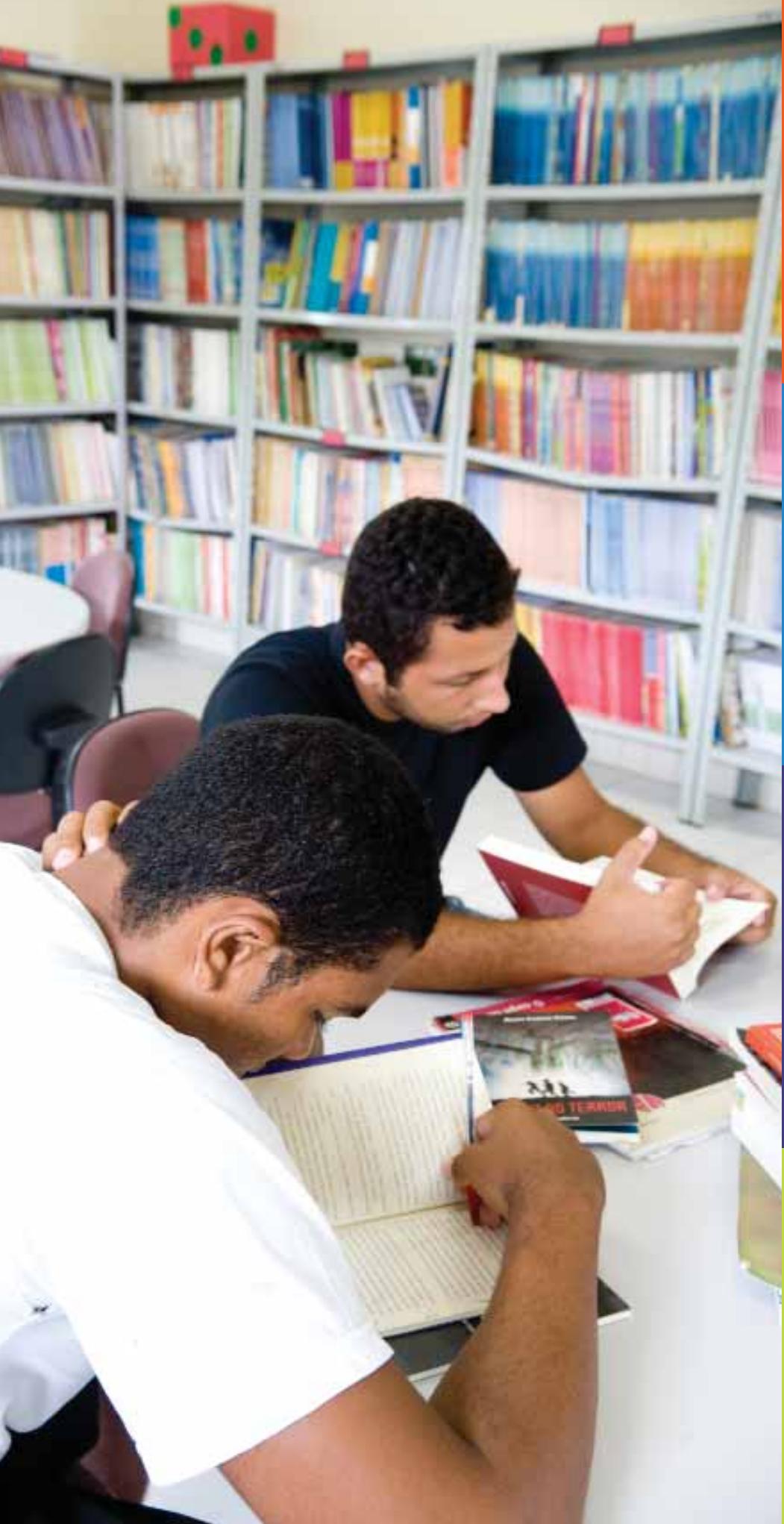
Em 2009, 7.630.803 alunos foram beneficiados. O programa atingiu 17.576 escolas em todo o país e teve o investimento de mais de 137 milhões de reais.

Mais Informações

Ministério da Educação: (61) 2104-6280 ou pelo site www.mec.gov.br

17. Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

O Programa prevê a distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, visando à alfabetização e escolarização de pessoas com idade a partir de 15 anos. Essas entidades incluem os estados, Distrito Federal e municípios que estabelecem parceria com o Ministério da Educação para execução do Programa Brasil Alfabetizado. A iniciativa tem por objetivo cumprir a determinação do Plano Nacional de Educação, que determina a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, além de promover ações de inclusão social, ampliando as oportunidades daqueles que não tiveram acesso ou condições de concluir a educação básica.



Para ter direito ao Programa, as entidades devem obedecer ao cadastramento dos alfabetizandos e respectivas turmas, informando os dados pelo endereço eletrônico <http://portal.mec.gov.br/secad/>

Resultados

Em 2008 foram 1.721.451 livros e investidos R\$ 11.896.687,49.

Em 2009 foram 2.854.316 livros e investidos R\$ 20.273.530,40.

Para 2010 está prevista a aquisição de 15.387.000 livros com investimento na ordem de R\$ 140 milhões.

Mais Informações

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Ministério da Educação: (61) 2022-9217/2022-9018

<http://www.mec.gov.br>

18. Ampliação do Bolsa Família.....

Criado em 2008, o Benefício Variável Jovem é uma nova modalidade do Programa Bolsa Família e destina-se aos adolescentes de 16 e 17 anos, com o objetivo de estimular a sua permanência na escola. O benefício é pago às famílias beneficiárias do Programa, no mesmo cartão das demais modalidades, no valor de R\$ 30,00 por adolescente e limitado até dois beneficiários por família.

Resultados

Em 2008, ano de criação do Benefício Variável Jovem, 1,97 milhão de adolescentes entre 16 e 17 anos tinham a frequência escolar comprovada. Em 2009, esse número era de 2,15 milhões de jovens, o que comprova a eficácia da estratégia na continuação dos estudos.

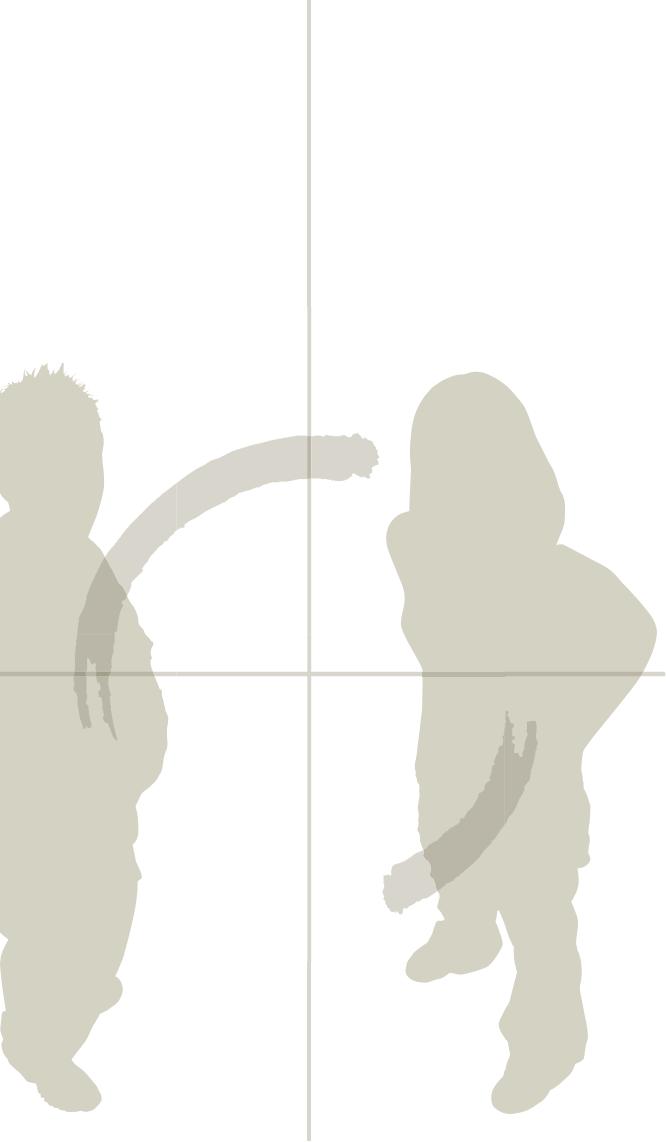
Mais Informações

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

(61) 3433-1074 ou pelo site www.mds.gov.br/bolsafamilia







GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Em cooperação com



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil